

A GAZETA - 18/02/89

D. Luís proíbe na rádio "subversão" no seringal

FLAMÍNIO ARARIPE

Obispo da Diocese de Cruzeiro do Sul, dom Luís Herbst, alemão da congregação dos Espiritanos, disse que após consulta do gerente da Rádio Verdes Florestas, decidiu proibir na semana passada mensagens do Conselho Nacional de Seringueiros "que incitavam os seringueiros ao não pagamento de renda para os donos dos seringais". A emissora foi construída por doações de entidades cristãs da Alemanha e tem como diretor o empresário Orleir Cameli, que doou o terreno para a antena e está sendo acusado pelo tesoureiro do CNS, Raimundo Barros, de ter pressionado o bispo pela proibição.

Orleir Cameli, que possui fazendas e a indústria de beneficiamento de Borracha

Cruzeiro do Sul, disse que não pertence à União Democrática Ruralista. Negou que tenha pressionado o bispo Luís Herbst a tirar do ar o programa de seringueiros da rádio. "A administração da emissora é do bispo, que proibiu duas mensagens que incitavam a não pagar renda". Segundo o empresário, "cem por cento dos seringueiros aderiram ao movimento para não pagar renda nos seringais. Os seringalistas querem saber se existe lei sobre isso — e se existir, deve ser respeitada. Ou então eles vão deixar de levar mercadorias para vender nos seringais e isso vai causar um grande problema econômico e social", afirmou.

O pagamento de renda por seringueiros aos seringalistas, observa Orleir Cameli, vinha sendo

obedecido desde há mais de cem anos. O movimento dos seringueiros é atribuído por ele a "infiltração de gente de fora: inglês, italiano e até nicaraguense que apareceu em Cruzeiro do Sul". O bispo dom Luís Herbst disse não saber se Orleir Cameli "pertence ou não à UDR" e informou que o empresário agrediu fisicamente com um tapa o representante do Conselho Nacional de Seringueiros em Cruzeiro do Sul, Antonio Macedo. Cameli justifica-se: "ele me atacou com palavras de baixo calão".

Dom Luís Herbst disse que o sistema de pagamento de renda "sempre funcionou nos seringais. Agora vem gente de fora para aticar o povo e subverter a ordem. Se as mensagens dos seringueiros são para não perturbar a ordem, não tem problema de usar a rádio. Mas se aticar, sou contra. Nem que paguem,

Quero que a rádio sirva para o bem, não para o mal", afirmou.

O bispo de Cruzeiro do Sul disse que não sabe "qual é o direito sobre a questão do pagamento de renda. "O juiz de Cruzeiro do Sul também está confuso. Mas se existe propriedade, deve pagar renda. Com aluguel imobiliário é assim. Com seringal, eu não sei. Gostaria que o Mirad ou o que o substituiu hoje, ou a Justiça, esclarecessem finalmente a situação nos seringais sobre o pagamento da renda. Cada um diz que tem direito, e isso gera incerteza e desordem".

Para restauração "da ordem e da paz entre todos", dom Luís Herbst disse que sugeriu ao juiz da comarca de Cruzeiro do Sul, Pedrinho Ranzá, que reunisse as partes envolvidas para dialogarem. "Todos têm direito a viver aqui. Se começam a aticar, não é bom, e ganham os desordeiros".

Seringueiro não quer pagar renda

A rádio Verdes Florestas é fundação da Diocese mantida pela iniciativa privada, e foi o principal veículo de comunicação para mobilizar os seringueiros que em outubro realizaram em Cruzeiro do Sul o Primeiro Encontro dos Povos da Floresta do Alto do Juruá com cerca de 880 seringueiros e 220 índios. A emissora era usada, também para mandar avisos e recados aos seringueiros da Reserva Extrativista do rio Tejo, informa o assessor do CNS, antropólogo Mauro Almeida.

O rio Tejo, afluente do alto Juruá, possui dez seringais contínuos e unificados com cerca de 430 mil hectares. Ali vivem mais de cinco mil seringueiros liderados por Francisco Barbosa de Melo, conhecido como Chico Ginu, neto de índia, autodidata que gosta de ler à noite e bebe o cipó auasca — e pode ser chamado de “O Chico Mendes do Juruá”. Delegado sindical, ele trabalha na base e jamais aceitou os subornos dos seringalistas ou ficar no mero empirismo sindical.

Com relação aos seringueiros de Xapuri, que são autônomos, fizeram reconhecidos os seus direitos como posseiros e não pagam renda sobre a produção ao proprietário do seringal, os de Cruzeiro do Sul ainda estão no início

da organização. “Mas não se pode dizer que na área de seringais tradicionais do Juruá os seringueiros eram acomodados. Faltava para eles apoio e organização para libertarem-se do sistema de dependência da casa de aviamento”, afirma Mauro Almeida. O barracão de aviamento no seringal fornece mercadorias para os seringueiros por preços muito acima da tabela e compra a produção de borracha por preço abaixo do fixado pelo governo, informa o antropólogo.

Para romper este elo “de escravidão e dependência”, segundo o antropólogo Almeida, que desde 82 estuda na região a economia extrativista para doutorado na universidade de Cambridge (Inglaterra), os seringueiros do rio Tejo criaram uma reserva extrativista. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apoiou o projeto com financiamento de NCz\$ 70 mil para a estruturação de cooperativas para compra de mercadorias e venda de borracha (em Cruzeiro do Sul não tem castanhais). Com o dinheiro será aperfeiçoada a estrutura de transportes pelos rios e interior dos seringais.

No sistema tradicional extrativista, observa o assessor do CNS, o seringueiro ficava sempre devendo ao patrão, como é chamado do dono ou arrendatário do

seringal. O principal motivo do conflito que deu origem à proibição do bispo Luis Herbst de veicular mensagens dos seringueiros na rádio Verdes Florestas foi a decisão da mão-de-obra do extrativismo da borracha, de não mais pagar renda aos donos de seringais. A renda é uma quantia de 60 a 90 kg de borracha pagos por cada seringueiro ao patrão a cada safra. Um seringueiro produz em média uma a duas toneladas de borracha ao ano.

Contra o não pagamento de renda aos seringalistas, a UDR levou a Cruzeiro do Sul advogados do Sindicato Pastoral que ingressaram com ação cautelar na vara cível a comarca contra os assessores do CNS, Mauro Almeida e Antonio Macedo. O juiz Pedrinho Ranzi, que recebeu a ação, notificou “os réus” da reclamação de que incitavam os seringueiros a não pagarem renda, e disse que o trabalho dos assessores do CNS “não tem nada de criminal. Eles estão conscientizando os seringueiros a não pagarem renda. Foi isso que incomodou a estrutura tradicionalista do patrão seringalista. Mas o clima no município está calmo, embora falte diálogo entre as duas partes em conflito”, afirmou.

A antropóloga Mary Alegretti, 40,

presidente do Instituto de Estudos Amazônicos, disse que os seringueiros começaram a se organizar em ação coletiva contra a expulsão dos seringais no início da década de 70, com a chegada dos pecuaristas para comprar terras no Acre. A briga sindical passou a ser, em seguida, pelo pagamento de benfeitorias e num terceiro momento por lotes de terras. Até chegar à exigência do não pagamento de renda.

O último estágio de organização foi alcançado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, presidido por Chico Mendes, que amadureceu a luta pelo não desmatamento da floresta, de onde é tirada a seringa e a castanha. A idéia foi aperfeiçoada em 85 com a proposta a criação de reservas extrativistas, pelo Conselho Nacional de Seringueiros. É uma forma de reforma agrária com preservação ambiental, defendida pelos sindicatos. Os ambientalistas internacionais, que até conhecerem Chico Mendes achavam que o melhor meio de manter em pé as florestas tropicais era através de manejo florestal, alternativa já adotada na América Central e África Tropical, aderiram em peso à inovação gerada na luta social em Xapuri, disse Mauro Almeida. (Flamínio Araripe)